



**República de Angola**  
**MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS**

**9.º CONSELHO CONSULTIVO**  
**CIDADE DE LUANDA, 26 E 27 DE JULHO 2019**

**COMUNICADO FINAL**

No âmbito das atribuições dos Departamentos Ministeriais e tendo em linha de conta as directrizes e os objectivos globais definidos pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, teve lugar na Província da Luanda, no salão de eventos do ISPTEC, Talatona, nos dias 26 e 27 de Julho de 2019, o 9.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, sob o lema **“Água e Energia: Melhoria do Serviço com Foco na Sustentabilidade”**.

O principal objectivo do evento foi o de consensualmente se identificarem os caminhos viáveis e gradualmente se encontrarem soluções inteligentes para se mitigar as insuficiências ainda existentes no sector, bem como efectuar o balanço do cumprimento das recomendações saídas do Conselho Consultivo passado; deste modo, permitir uma maior e melhor percepção da incidência das mesmas na satisfação das necessidades da população, tanto no meio urbano, como nas zonas rurais.

A cerimónia de abertura do 9.º Conselho Consultivo foi presidida por Sua Excelência Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges, ladeado pelo Secretário de Estado da Energia, Eng.º António Fernandes Rodrigues Belsa da Costa, Secretário de Estado das Águas, Eng.º Lucrécio Alexandre Manuel da Costa, Vice-Governador da Província do Cunene, Édio Gentil Saumbwako e pelo Vice-Governador da Província da Lunda Sul, Evanerson Leandro Varo Caputo.

Tomaram parte da reunião, o Vice- Governador do Kwanza-Sul, Demétrio António Brás Sepúlveda, quadros do Ministério da Energia e Águas, e das Empresas do sector, representantes dos Departamentos Ministeriais e Instituições convidados, tais como os Ministérios das Finanças, do Ordenamento do Território e Habitação, das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, da Agricultura e Florestas, das Pescas e Mar, do Ambiente, dos Recursos Minerais e Petróleos, Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia Empresas parceiras do Sector, assim como, Órgãos legislativos, das Universidades Agostinho Neto, Católica, Metodista, Óscar Ribas e ISPTEC, perfazendo um total de duzentos e oitenta (280) participantes, conforme lista de presenças.

A Sessão teve início com o discurso de Sua Excelência Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges, que proferiu palavras de boas vindas.

Na sua alocução, considerou que o desempenho a ser balanceado no decorrer deste Conselho Consultivo não é só medido com referência do Programa do Governo para a actual legislatura, como também daquilo que foram as conclusões emanadas do 8.º Conselho Consultivo, que estabeleceu tarefas para cada um dos subsectores compreendendo as direcções nacionais, os institutos e as empresas.

Sua Excelência Ministro, referiu igualmente que a água e a energia eléctrica são dois produtos e serviços de extrema necessidade, na expectativa de que mais e melhores infraestruturas e serviços possam chegar às novas habitações e impulsionar o desenvolvimento industrial e agricultura nacional gerando riqueza e bem-estar.

Outrossim, ocorreram alterações no sistema de produção, transporte e distribuição de energia, com grande impacto económico e social, como resultado da interligação norte e centro, que assegura hoje a integração das cidades do Kuito, Huambo, Benguela e Waku-kungo no sistema hídrico, com a consequente eliminação dos significativos défices de capacidade que se registavam a décadas, e a redução dos encargos avultados com a utilização do diesel para a produção energética.

Foi igualmente elevada a capacidade de oferta de energia entre as hidroeléctricas, também elevar os níveis de oferta de energia eléctrica para Luanda (o maior centro de consumo), como resultado da conclusão de linhas de transporte e subestações que permitem o escoamento da energia produzida na Central do Ciclo Combinado do Soyo ou nas centrais hidroeléctricas de Laúca, Cambambe e Capanda até Catete, e o reforço da ligação às principais subestações de Luanda.

O plano de desenvolvimento Nacional para o actual mandato estabelece a premissa de aporte de investimento privado para a construção e desenvolvimento de infraestruturas do sector eléctrico, um reconhecimento da importância do crescimento na oferta de energia e da limitação do governo financiar tudo.

Relativamente ao Sector das Águas reconheceu que o sul do País em particular a província do Cunene se encontra num período de longa estiagem, situação que tem mobilizado toda nação e também o Executivo na adopção de medidas de emergência e de carácter estruturante, visando mitigar os efeitos que as alterações climáticas imprimem nas condições de vida e de subsistência das populações autóctones.

Assim na assumpção das suas responsabilidades, participou, por via da Equipa do NAS com a assistência águas de Portugal na recuperação de furos, na Província do Cunene.

O programa de desenvolvimento do Sector de Águas inclui importante investimentos, em curso ou em conclusão, nas principais cidades capitais, destacando-se os novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água que entrarão em serviço no presente ano no Huambo, Cabinda,

Kuito e Mbanza Congo, elevando significativamente a oferta potável as populações aí residentes.

Igualmente referiu que no quadro do novo paradigma de governação e de alocação de fundos para execução de projectos de âmbito local, as empresas do sector devem preparar-se para intervenção nos projectos de PIIM, não só na reabilitação das redes de distribuição municipais, como de abastecimento de águas em zonas de sua jurisdição.

Por último impulsionou a continuidade dos trabalhos para corrigir o que esta mal com a intervenção activa de todos na vida do sector e do País **“com foco na sustentabilidade”**

No decorrer deste Conselho Consultivo o Gabinete de Inspeção apresentou o balanço do grau de cumprimento das recomendações saídas do 8.º Conselho Consultivo, tendo concluído que o mesmo foi positivo.

De forma geral, as recomendações estabelecidas no Conselho passado do MINEA, tiveram natureza de cumprimento contínuo e espírito de interacção entre as Empresas do Sector, Órgãos Dependentes do MINEA, demais Órgãos e organismos externos, Administrações e Autoridades Locais e população em geral.

De seguida, o Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística, balanceou as actividades realizadas referindo que em termos da capacidade total de energia instalada, o somatório da hídrica e gás corresponde a cerca de 75% da produção reduzindo a dependência da produção de energia com o recurso ao diesel.

Relativamente ao subsector das águas referiu que para implementação do projecto de Construção do Sistema Bita, o Banco Mundial anunciou a aprovação da garantia bancária no valor de quinhentos milhões de dólares norte americanos (USD 500.000.000,00).

Posteriormente, os gabinetes provinciais de infra-estruturas técnicas e as empresas públicas de água e saneamento, cumpriram com as apresentações da sinopse dos indicadores.

De seguida deu-se início a discussão dos painéis gerais, que tiveram sessões temáticas em simultâneo no subsector das águas e da energia.

## **1. Para o subsector das águas foram abordadas as seguintes questões:**

### **a. Gestão do potencial hídrico nacional e das águas transfronteiriças:**

- Estratégia nacional de ordenamento e operacionalização dos órgãos de administração de bacias hidrográficas;
- Os Recursos hídricos transfronteiriços e a posição de Angola como estado de bacia;

- Propostas técnicas para o asseguramento do abastecimento de água na margem direita do rio Cunene.

b. Aperfeiçoamento dos serviços da água:

- A importância dos planos de controlo da qualidade da água na gestão dos laboratórios provinciais de monitorização da qualidade da água;
- Implementação dos sistemas de pré pagamento, alternativa ao incremento da cobrança;
- Linhas de orientação para o incremento da cobrança e do consumo da água.

c. Sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água:

- Estratégia de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água;
- Gestão delegada dos sistemas de abastecimento de água;
- Criação do Fórum Nacional das Águas.

**2. Para o subsector da energia foram abordadas as seguintes questões:**

a. No âmbito da produção:

- Matriz energética de Angola, diversificação e ganhos associados;
- Promoção e desenvolvimento das energias renováveis – sistemas isolados e híbridos;
- Implementação dos projectos estruturantes de geração no sistema eléctrico.

b. No âmbito do transporte:

- Expansão e consolidação do sistema eléctrico nacional e a sua ligação a rede regional (SAPP);
- Plano de melhorias para a coordenação e selectividade das protecções na rede nacional;
- Impacto das normas técnicas no sector de energia.

c. No âmbito da distribuição e comercialização:

- Programas e iniciativas para redução de custos;
- Desafios e soluções – iluminação pública no País.

## **Aspectos Gerais**

O Conselho Consultivo constatou o seguinte:

- Necessidade de criação do quadro legal para constituição de um Conselho Técnico para formação e capacitação dos quadros, para atender as exigências da expansão e da modernização das infra-estruturas;
- Acções integradas de combate a vandalização das infra-estruturas da energia e águas;
- Novos tarifários, estratégias para sua implementação;
- A redução de custos como contributo para o asseguramento da sustentabilidade.

## RECOMENDAÇÕES

Das várias recomendações destacamos as seguintes:

- **MINEA/GRH** – Criar um Conselho Técnico sectorial de formação;
- **GRH** – Criação de um quadro legal que contemple uma quota fixa dos custos de formação nos contratos, assim como uma percentagem para contribuição no fundo de formação e capacitação dos quadros do sector; e assegurar a Participação de uma equipa do GRH nas discussões e negociações dos Contratos Públicos
- **PRODEL** - prosseguir com o desenvolvimento de projectos de produção de energia a partir de fontes renováveis e implementação do programa de hibridização das centrais térmicas com a instalação de módulos solares visando a minimização de custos de exploração e redução da utilização do diesel.
- **PRODEL** - Acelerar o programa de conversão das centrais diesel para gás em toda a extensão do território nacional.
- **PRODEL** - enquanto Empresa de Produção de Electricidade com vista a melhoria dos serviços a prestar nas zonas urbanas, periurbanas e rurais, deverá assumir a geração distribuída e de igual modo a distribuição e comercialização para garantir o retorno dos custos de produção.
- **INRH e GABHIC** - elaboração de estudos pormenorizados das demais bacias existentes no País.
- **IRSEA** – propor a fixação de tarifas diferenciadas que permitam uma melhor e maior arrecadação de receitas para a PRODEL, diante da matriz energética que se pretende para o País.

- **IRSEA e DNER** - Para participação activa do sector privado na implementação de projectos de energias renováveis, urge a necessidade de regulamentação específica.
- **DNER** - Para garantir a sustentabilidade dos projectos construídos a nível das energias renováveis, nomeadamente as soluções solares e sob gestão das autoridades locais, deverão ser criados mecanismos que visam a manutenção dos mesmos por forma a garantir a vida útil. Para o efeito, urge desenvolver acções de formação do pessoal encarregue pela gestão e manutenção dos equipamentos.
- **INRH, GABHIC e PRODEL** - Aproveitamentos como Gove, Chiumbe Dala e Lomaum estão a ser explorados abaixo da capacidade nominal de geração por serem a fio de água ou não terem caudais médios anuais garantidos. Deverão ser encontradas soluções para otimizar estes activos que poderão passar pela construção de aproveitamentos a montante para regularização dos caudais, no caso, do Lomaum e do Chiumbe Dala. Para o caso do Gove deverá ser identificada a solução que poderá passar pelo desassoreamento.
- **RNT** – Prosseguir (**MINEA e RNT**) os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento 2018-2022, assim como o relativo a Angola Energia 2025, tendo em atenção que os estudos a realizar terão que ser flexíveis em função da evolução e realidade do momento em que forem implantados;
- Prosseguir com estudos e demais acções tendentes a ligações da rede regional (SADC SAPP);
- **ENDE** – Elucidar os presentes sobre as iniciativas concretas que a ENDE está a empreender com objectivo de reduzir custos para garantir a sustentabilidade da empresa e do sector;
- **ENDE** – apresentar as principais alterações do novo tarifário, e o seu impacto na factura do cliente;
- **ENDE** - Continuar as campanhas de comunicação; Continuidade do estudo conjunto da estrutura tarifária; alargamento da base de clientes por via da continuidade dos investimentos;
- **ENDE** – terciarização de acções conjuntas de redução de custos na cadeia de valores do SEP;
- **MINEA/Governo Províncias** - criar um plano de segurança para combater a vandalização das infra-estruturas eléctricas assim como a Iluminação Pública.

- **RNT e ENDE** – promover a instalação de contadores para a facturação de pagamentos justos;
- **MINEA, RNT e GAMEK** – continuar a desenvolver a implementação dos projectos de interligação dos sistemas centro, sul, leste e Cabinda, para transferência da capacidade de geração a nível do sistema norte;
- Que as empresas do sector criem condições para auto-sustentação, contando com recursos e meios a sua disposição, criando etapas bem definidas e sustentáveis.
- **ÁGUAS** - Instalação de contadores pré-pagos em áreas com abastecimento residencial regular;
- Melhorar a articulação funcional entre as Empresas Públicas de Abastecimento de Águas e Saneamento - EPAS e os Gabinetes de Infra-estrutura e Serviços Técnicos – GPIST'S visando a partilha de informação em devido e sustentabilidade operacional dos sistemas de Abastecimentos de SAA;
- Incrementar o engajamento das EPAS e GPIST'S, visando a indicação de técnicos para as secções de formação;
- Assegurar a remessa, em devido tempo, da informação relacionada com: 1º Operacionalidade da SAA; 2º Operacionalidade das PSA's; 3º Dados sobre recursos humanos; 4º Indicadores de aferição da qualidade de água; 5º Empregabilidade proporcionada pelos projectos em curso;
- Monitorar a acomodação em arquivo de documentação técnica, fundamentar por parte das administrações municipais e GPIST'S designadamente, publicação, matriz sobre MOGECA, Plano Director de Águas sobescrito, projectos executivos e legislação fundamental.
- 
- Promover a articulação funcional entre o GPIST'S, as Administrações Municipais, visando a melhoria das condições de operação das PSA'S - Pequenos Sistemas de Águas e dos Pequenos Pontos de Água - PAS, bem assim como, actualização permanentemente do cadastro de PSA'S e PAS;
- Os GPIST'S e Administrações Municipais devem actualizar o cadastro de recursos humanos afectos à actividade de abastecimento de água e saneamento;
- Implementar projectos-pilotos de adopção da MOGECA em pelo menos três localidades por províncias;

- Adoptar fortemente, ao nível das EPAS um programa de acções visando a gestão e organização dos SAA em sedes municipais;
- Elaborar com urgência á nível de todas EPAS, a versão preliminar do Plano de Segurança de água, dos SAA em sedes provinciais;
- Aprovar uma minuta de termos de referência e minuta de contrato modelo, para a contratação dos serviços de gestão delegada e SAA em sedes municipais;
- Continuar a desencadear diligências para a mobilização de recursos, para a realização das empreitadas de construção de novos sistemas de abastecimento de água, privilegiando os contratos já celebrados e sem concretização física;
- Assegurar a adequada interacção com os meios de comunicação social local, visando publicitação de realização, relevantes status de implementação de projectos em curso actos de vandalismo, evolução de indicadores de desempenho e divulgação de recomendações aos clientes;
- Instalar preferencialmente furos para abastecimentos de água com bombas manuais (volantes), sobretudo em zonas rurais, bem como em áreas de vandalismo recorrente;
- Adoptar a nível da EPAS um conjunto de medidas que assegurem medidas organizacionais para a erradicação, envolvimento dos técnicos das EPAS na instalação de ligações clandestinas e venda fraudulenta e especulativa de água;
- Elaborar até o final do primeiro trimestre, um inquérito sobre a qualidade dos serviços de abastecimento de água referentes a Sede Provincial e as sedes Municipais beneficiárias de novos sistemas de abastecimento de água.
- Dar continuidade à implementação dos PCQA por forma a monitorizar a qualidade da água permitindo assim o cadastramento de dados que possibilitem a melhoria da qualidade de água pretendida às populações;
- No reflectir sobre a alteração do quadro necessário para a criação de uma autoridade que vele pelas políticas de controlo de qualidade da água, educação sanitária e ambiental;
- Promover a expansão da iniciativa de instalação dos contadores pré pagos no sector das águas que possibilitará o aumento das receitas e da confiança do cliente, bem como avaliar as perdas técnicas;



- Promover estudos comparativos entre o sistema convencional e o pós-pago de forma a apurar as vantagens e desvantagens entre os dois sistemas;
- Criar formas de estimular os operadores da área comercial para o aumento da actividade de cobrança e criar uma estratégia de negócio para facilitar a amortização da dívida dos clientes devedores;
- Intensificar a cooperação e troca de experiências entre EPAS visando a partilha de conhecimento e assessoria solidária;
- Realizar antes de Dezembro de 2019 uma reunião metodológica para as entidades operadoras das ETAR's;
- Promover a realização de acções de formação com incidência em domínios: Contratação Pública; Serviços de Empreitadas; e Asseguramento de salvaguardas ambientais;
- Promover a reunião do Conselho Técnico do MINEA com a participação de representantes das Províncias sempre que necessário.
- As Empresas de Água e Saneamento devem dispor de planos técnicos próprios e obrigatórios de operação e manutenção dos SAA, levando à obtenção da eficácia e eficiência, cabendo à DNA a fiscalização e o acompanhamento da sua implementação.
- A gestão delegada com a participação do sector privado deve ser encarada como oportuna, considerando o desafio actual das empresas, face as exigências dos serviços à escala dos territórios, sendo imperioso o MINEA promover os mecanismos jurídicos, regulatórios, de natureza social, económica e ambiental e técnicas de referência.
- A sustentabilidade dos SAA no meio rural deve privilegiar a participação das comunidades, através do Modelo de Gestão Comunitária da Água (MOGECA), cabendo ao MINEA (DNA) promover os mecanismos legais, regulatórios e institucionais necessários à sua implementação em articulação com os Governos Provinciais e Administrações Municipais (Prazo de 6 meses).
- O FONAS é uma plataforma entre o Governo, os parceiros de desenvolvimento do sector de água e saneamento com vista a melhorar a coordenação das intervenções no sector, promovendo a criação de sinergias, o alargamento e alavancamento de recursos financeiros para o sector.
- Recomenda-se que o FONAS seja uma plataforma complementar do Conselho Nacional de Águas, devendo sob ponto de vista legal, funcional

ser definido o modo de articulação, evitando eventuais conflitos de competências. Pelo que, cabe ao MINEA (DNA) aprovar as acções subsequentes para a sua criação.

- O IRSEA, DNEE e DNA devem interagir para promover um modelo de procedimentos para a implementação de projectos-piloto de gestão delegada dos SAA em articulação com as empresas públicas locais (no prazo de 3 meses).
- **INRH** - O MINEA deverá efectuar as adequadas diligências para que, em sede do Conselho Nacional de Águas "CNA" seja implementada a operacionalização dos seus órgãos internos de formas a permitir a adequada articulação intersectorial necessária para a melhoria orientação estratégica de Angola nas Comissões Internacionais de Bacias Hidrográficas.
- As Comissões de Bacia Hidrográficas (CTPC, OKACOM, ZAMCOM, CUVECOM e CICOS) deverão, continuar a incentivar a participação dos demais sectores nos organismos de gestão das bacias internacionais pela importância de que as mesmas se revestem, visto que Angola partilha 5 bacias que representam 2/3 do território nacional sobre as quais tem tirado muitos benefícios;
- **A DNA e o GABHIC** em colaboração com representantes de outros sectores, deverão estudar a implementação de soluções técnicas para a melhoria da disponibilidade de água na bacia do Cunene e desencadear momentos de discussão e partilha de perspectivas de intervenção na referida bacia, conducentes a mitigação dos efeitos da seca;
- O **INRH** deverá apresentar um plano de trabalho relativo ao processo de criação dos Gabinetes de Administração das Bacias Hidrográficas de forma faseada ou gradual, pela importância da gestão dos recursos hídricos no âmbito das Regiões Hidrográficas e com as sedes nas respectivas áreas de influência, conferindo primazia aos Gabinetes de Administração das Bacias Hidrográficas do Cuanza, do Zambeze e das bacias do litoral de Benguela ( Catumbela, Coporolo, Cavaco e Cubal da Hanha);
- **IRSEA** – Dar continuidade a criação dos grupos de trabalho e respectivas comissões técnicas;
- **Conselho Nacional de Electrotecnia /IRSEA** Enquadrar as normas internacionais existentes à realidade angolana;
- Fomentar o desenvolvimento das normas electrotécnicas, divulga-las e cumpri-las;

Luanda, aos 27 de Julho de 2019.

Os Participantes no 9.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e  
Águas